

**HABEAS CORPUS Nº 638.320 - MG (2021/0000633-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**IMPETRANTE** : HAMILTON DOS SANTOS SIRQUEIRA  
**ADVOGADO** : HAMILTON DOS SANTOS SIRQUEIRA - MG001360A  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : INOHENIA MARQUES DOS SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECISÃO**

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de INOHENIA MARQUES DOS SANTOS, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

O Tribunal local, em decisão rarefeita, ao denegar o pedido liminar formulado no *writ* originário de n. 1.0000.20.603782-2/000, manteve a segregação cautelar da ora paciente, decretada pela autoridade coatora da localidade, nos contornos do art. 310, do CPP, com esteio - precipuamente - nos seguintes fundamentos, *litteris*:

Conforme mencionado pelo *Parquet*, que **não se trata de um fato isolado, diante da propensão da agressora na reiteração de condutas criminosas**, conforme CAC (f. 16/v), da qual se infere que a autuada possui em aberto processo de execução de pena, sendo imprescindível a segregação da autuada, impedindo uma conduta ainda mais grave, a fim de garantir a ordem pública. Está presente, pois, o requisito de admissibilidade da prisão preventiva inserto no **art. 313, II**, do CPP. (fl. 78 - g.m.)

Consta dos autos a prisão em flagrante da custodiada, em 15/12/2020, ulteriormente convertida em preventiva, decorrente de suposta prática dos delitos capitulados arts. 129; 140, § 3º; e 150, todos do CP, no "contexto de violência doméstica e familiar" (fl. 78).

Em suas razões, sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que a desarrazoada segregação processual da paciente, com condições pessoais favoráveis, além de encontrar-se despidida de fundamentação idônea e de efetivo embasamento empírico, não preenche - como *ultima ratio* e em homenagem aos postulados da presunção de inocência, da proporcionalidade e da homogeneidade - os requisitos autorizadores do cárcere guerreado, nos moldes dos arts. 282, § 6º; 302; 310, parágrafo único; 312; 313, § 2º; e 315, todos do CPP.

Outrossim, assevera que a manutenção da prisão acautelatória da increpada está em franco descompasso ao art. 4º, inciso I, da Recomendação CNJ n.º 62/2020, adstrita ao novo e periclitante contexto determinado pelo Covid-19.

Nesse panorama, roga o impetrante pela revogação da prisão preventiva alhures, expedindo-se em favor da paciente premente alvará de soltura e, na sequência, seja-lhe concedida a liberdade provisória incondicionada ou, residualmente, mediante cominação de medidas cautelares alternativas, não prisionais, *ex vi* dos arts. 316, *caput*, 319 e 654, § 2º, todos do CPP ou, ainda, prisão domiciliar humanitária.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, a teor dos poucos elementos de convicção coligidos ao presente *writ*, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210, ambos do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 05 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente